



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Menin Stefano, Maria Suzana De  
Atitudes de adolescentes frente à delinquência como representações sociais  
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 1, 2003, pp. 125-135  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816113>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Atitudes de Adolescentes Frente à Delinquência como Representações Sociais

Maria Suzana De Stefano Menin<sup>1 2 3</sup>

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

---

### Resumo

Esta pesquisa apresenta a avaliação de 18 infrações que 480 adolescentes realizaram numa escala de seis pontos. A análise revelou que os adolescentes de escolas particulares e os de melhor renda tenderam a avaliar as infrações com notas mais baixas e atribuíram às infrações que ameaçam a vida humana as notas mais altas. As meninas das classes sociais mais baixas tenderam a atribuir notas mais altas a todas as infrações, avaliando-as mais severamente. Os dados foram discutidos com base na teoria de Representação Social.

*Palavras-chave:* Representações sociais; atitudes de adolescentes; avaliação de infrações.

### Teenagers's Attitudes of Delinquency as Social Representations

### Abstract

This work presents the evaluation of 18 infringements that 480 teenagers carried out in six-point scale. The analysis revealed that boys, teenagers of private schools and those of highest income have a tendency to attribute lower marks to infringements with more average marks than high marks and attribute the highest marks to those that threaten human life. Girls, lower class teenagers have a tendency to attribute higher marks to all infringements, evaluating them more severely. Data were discussed taking into account the Theory of Social Representation (Doise).

*Keywords:* Social representation; evaluation of infringements; teenager's attitude.

---

O que adolescentes consideram como muito errado? Qual seria, para eles, uma infração muito grave? Avaliações morais do que é certo ou errado podem ser vistas na Psicologia como fruto de julgamentos baseados em formas específicas de raciocínio que evoluem em estágios de desenvolvimento moral (Kohlberg, 1992; Piaget, 1932/1977); mas podem, também, ser vistas como representações sociais comuns a indivíduos de um mesmo agrupamento, fruto de determinadas práticas e ancoradas em características sociais e culturais específicas a certos contextos (Doise, 1994; Jodelet, 1994; Moscovici, 1978).

Dentro de uma perspectiva de Psicologia Cognitiva e do Desenvolvimento, são bastante conhecidas as atitudes que

que capaz de representar e em julgamentos ocorrem em fu aparentes dos atos e menos. Inversamente, quanto mais velho ter vencido seu egocentrismo cooperativas, mais flexível será s passando a pesar todos os atenu das intenções.

As formas como crianças co certas ações também variam, s conforme o desenvolvimento i crianças pré-operatórias, mais r considerando toda a infração

indivíduos com diferentes pontos de vista, mais haverá descentrações intelectuais, sociais e morais e mais as crianças poderão melhor julgar os atos de outros, suas “infrações”. Por outro lado, quanto mais a criança se mantiver em relações sociais de coerção onde a troca entre iguais for impedida e intermediada pelo mais forte, mais ela ficará trancafiada em seu egocentrismo e, simultaneamente, presa aos padrões de julgamento do mais velho (mais forte) numa repetição acrítica de seus valores.

Bastante conhecidos, também, são os trabalhos de Kohlberg (1992) sobre julgamentos de dilemas morais e que deram continuidade à pesquisa piagetiana sobre desenvolvimento do juízo moral. A severidade ou rigidez dos julgamentos será diferente, conforme os níveis de raciocínio moral pré-convencional, convencional e pós-convencional. De acordo com as características destes níveis pode-se esperar que no pré-convencional serão julgados como mais errados aqueles atos sabidamente proibidos, facilmente descobertos e, portanto, puníveis. No nível convencional, serão mais errados os atos que assim forem concebidos pelas autoridades e pelas convenções mais conhecidas; provavelmente, nesse nível, também serão considerados como mais errados os atos que perturbarem a ordem social. No nível pós-convencional, em função primeiramente da preocupação com o que foi contratado socialmente, serão errados os atos que prejudicarem os interesses acordados da maioria das pessoas e que quebrarem o que foi estabelecido como justo e certo pela maior parte dos envolvidos. Além disso, no estágio seis, seria de se esperar que fossem considerados como mais errados os atos que ameaçassem os princípios mais básicos orientadores da vida humana, entre eles, a vida e a dignidade de qualquer ser humano; os quais deveriam ser respeitados não por temor, convenção ou interesses particulares, mas, porque só eles garantem que nenhum ser humano seja usado como meio para os interesses de qualquer outro.

Embora possam existir variações individuais e grupais na severidade e formas de julgamento condenatórios, para

Prenunciando esse referencial está Malewska, Peyre e Bonerandi (1979) e Malewska (1983) sobre delitos de jovens e julgamento. Ambos consideram valores como fruto de repressão, e não que os adolescentes de diferentes grupos tenham delinquência.

Malewska e colaboradores (1979) com o objetivo de fazer a avaliação de 25 infrações que diferentes grupos de juizes ou profissionais que lidam com a delinquência em dois grupos foram: juizes, educadores e assistentes sociais, policiais, menores infratores, pais, estudantes de técnicas e de liceus.<sup>3</sup> Mais tarde, Malewska (1983) compararam essas populações com as semelhantes obtidas em dois outros estudos realizados na Polônia. Os autores afirmaram que a delinquência, parte, algo definido pela cultura; além disso, as atitudes sobre a delinquência dependem da cultura do sujeito que as considera. Considerando as disposições relativamente duráveis em relação a determinadas por um conjunto de elementos emocionais a ele ligados, os autores acreditam que as atitudes conforme o conhecimento e o envolvimento dos sujeitos; assim, é de se esperar que jovens, pais, educadores de menores, juizes ou policiais tenham atitudes diferentes sobre o que é considerado infrator.

Para comparar diferentes amostras de delinquentes em países, França, Bélgica e Polônia e de diferentes culturas (foram mais de 2000 pessoas, nos dois estudos) foi feita uma lista de 25 infrações. Cada infração foi avaliada numa escala de sete pontos que variava de 1 a 7. Malewska e Walgrave (1983) entenderam que as infrações através de uma escala provoca um conflito moral-afetivo no qual cada pessoa faz um julgamento de todo um sistema formal e informal de valores. Além disso, as atitudes aí explicitadas marcam a escolha de ação e mesmo que essa relação não é suficiente importante para prever e explicar certos comportamentos profissionais que trabalham com a delinquência.

foram julgados mais indulgentemente. No entanto, a dispersão na forma de atribuir notas altas ou baixas e a severidade ou indulgência dos julgamentos variou conforme os grupos de respondentes. Por exemplo, em todas as populações, considerando os três países, foi entre os menores da justiça que se obteve mais indulgência nos julgamentos de infrações mais graves e maior dispersão nas respostas, isto é, onde se usavam notas ou muito altas ou muito baixas e foi entre os juizes que se obteve mais consenso, portanto, menor dispersão. Ao compararem os adolescentes oriundos de classes sociais baixas – escolas técnicas e mais altas – liceus, verificou-se que, mesmo entre países diferentes, quanto maior o nível sócio-econômico mais os jovens usavam a escala em todas as suas possibilidades, eram menos severos para infrações ligadas a roubos e atos marginais e mais severos para infrações ligadas à violência física e ameaça à vida. Quanto ao rigor no uso de notas altas dos estudantes de escolas técnicas os autores concordaram com a posição de Podgorecki (1971, citado em Malewska & cols., 1979) de que quanto mais difíceis a adaptação dos jovens ao meio social e sua situação social, maior é sua tendência a avaliações rigorosas. Quanto aos menores infratores, os autores supuseram que suas atitudes refletem uma revolta contra os julgamentos formais e informais a que foram submetidos e as instituições em que foram colocados. Para manter uma imagem positiva de si, esses adolescentes seriam mais indulgentes com as infrações que eles possam ter cometido. Quanto aos jovens das escolas técnicas os autores se perguntaram se suas posições rígidas seriam devidas a uma maior interiorização da moral tradicional e de uma forte vontade de se distinguir dos infratores. Essa questão não foi respondida embora tenha-se sugerido que nas respostas desses adolescentes apareceu um imagem de delinquência fortemente calcada naquelas divulgadas em filmes policiais e nos meios de comunicação de massa, principalmente a imprensa sensacionalista. Os autores concluem afirmando que não se pode falar da existência de uma única representação de delinquência ou de atitudes comuns a ela;

com a Declaração dos Direitos da Criança, mais sistematizada historicamente e mais amplamente apresentados. Implica, também, princípios organizadores das respostas, isto é, as idéias ou direções das respostas, como conhecimentos e que pertencem a um conjunto de pessoas mais ou menos conhecidas, identificar as ancoragens dessas respostas, diversas como as origens sociais, as características culturais e/ou religiosas, e/ou sobre outras idéias que se relacionam com elas. Considerando a ancoragem com os conhecimentos ou desconhecido num conjunto de pessoas de um grupo social (Doise, 1994) e a sua posição nessa abordagem, que o conhecimento das profissões, status sociais, sociedades, etc., como direitos humanos pode ser considerado como pertinências sociais e de conhecimentos divulgados e vivenciados nos meios de comunicação.

Um exemplo dessa investigação foi realizada pelos colaboradores (1995) realizaram uma pesquisa em Suíça, Costa Rica e Itália, tendo participado mil jovens entre 13 a 20 anos. De acordo com os jovens que, numa lista de 20 infrações numa escala de gravidade, quais as mais graves contra os humanos. Como principais resultados, em primeiro lugar, um forte consenso em considerar como um atentado aos direitos humanos o direito de defesa, as ameaças à integridade física (o maltrato infantil pelos pais), a discriminação (considerada um atentado aos direitos humanos nos países), a desigualdade racial, a discriminação por expressão. Em outras esferas essenciais, por exemplo a que se referiu ao respeito à família sobre os indivíduos. Ao analisar as representações sociais dos jovens, os colaboradores (1995) mostraram que as respostas variaram em função dos contextos sociais e culturais.

humanos ou o que se considera um atentado a esses direitos organiza-se diferentemente, conforme certas pertinências sociais. Essas, por sua vez, trazem para a construção das representações diferentes culturas, histórias e formas de viver o que se considerou como direitos humanos.

Recentemente, foi utilizada uma escala inspirada nos trabalhos anteriormente citados (Doise & cols., 1995; Malewska & cols., 1979; Malewska & Walgrave, 1983) com adolescentes chamados à promotoria pública por terem se envolvido em atos considerados infracionais (Menin, 2000a). Embora tenham sido entrevistados apenas 20 jovens de diferentes idades, os dados obtidos confirmaram algumas das tendências já encontradas. As infrações tidas como mais graves foram as relacionadas à violência física, embora sigam, muito de perto, outras ligadas ao consumo de drogas e roubos diversos. As infrações consideradas mais leves foram ligadas a vandalismo, à violência contra um animal (que na França, na Bélgica e na Polônia foi considerada como uma infração grave), ao uso de falsa identidade e direção sem carta. É curioso que duas infrações envolvendo a violência física tenham sido consideradas pouco graves: matar um menino que vivia assaltando e um policial ferir alguém que ele tentava prender. Dessa forma, a violência contra as pessoas e mesmo contra as crianças não apareceu como um claro e forte “contra-valor” em nossos entrevistados; ou seja, a integridade física não parece ser um valor tão “sagrado” para os jovens entrevistados no Brasil (Menin, 2000a) como os jovens europeus nos estudos de Malewska e Walgrave (1983) ou de Doise e colaboradores (1995).

Considerando essa perspectiva mais social em que se podem analisar as avaliações sobre infrações, passamos a apresentar a pesquisa que realizamos com adolescentes com o objetivo de identificar como tais jovens avaliam infrações e se estas diferem significativamente em função das pertinências sociais dos mesmos.

## Método

trabalhavam fora, 76% tinham pais em profissões de nível superior e/ou chefias, 86% de suas famílias tinham renda superior a 10 salários mínimos, 87% moravam em áreas de alta e média inclusão social. Dentre os que trabalhavam em empresas públicas, 33% trabalhavam fora, 86% tinham pais em profissões de nível médio ou inferior em relação ao nível de formação (Ex.: ajudantes, auxiliares), 86% tinham renda salarial inferior a 10 salários mínimos e 86% habitavam em bairros de média e alta exclusão social.

As infrações utilizadas foram as seguintes, nesta ordem:

“1- um policial fere alguém que ele tenta matar alguém numa briga; 3- dirigir sem uma carteira escolar; 5- usar maconha; 6- usar identidade de outra pessoas para danceteria que exige 16 anos; 7- xingar; 8- usar craque ou cocaína; 9- agredir fisicamente; 10- maltratar uma criança; 11- usar dinheiro para prostituir; 12- fazer um aborto; 13- matar para roubar o seu dinheiro; 14- cortar o banco de um ônibus; 15- roubar um blusão numa loja; 16- matar um menino de quinze anos na rua assaltando os outros; 17- furtar o carro estacionado na rua; 18- riscar a pintura com prego.”

As ações, nas infrações, foram pouco descritas sucintamente e esperávamos com o primeiro posicionamento dos jovens; a maneira de obter uma quantificação das atitudes ou negativas com relação a algo. Para as representações surgem depois ou em conexão com um objeto e servem para justificá-las (1994) “estudar a ancoragem das atitudes sociais que as geram é estudá-las como atitudes sociais”(p. 224)

Tabela 1

*Médias de Notas dadas às Infrações pelas Subpopulações de Alunos*

Infrações	Pública	Particular	Meninos	Meninas	Bairro 1 e 2	Bairro 3 e 4	Ocupapai A e B
Usar craque ou cocaína	9,50	9,50	9,27	9,71	9,56	9,43	9,61
Matar para roubar	9,43	9,60	9,22	9,70	9,50	9,40	9,71
Furtar toca-fitas	9,18	9,34	9,01	9,41	9,22	9,21	9,37
Maltratar criança	9,14	9,37	9,05	9,34	9,25	9,14	9,38
Roubar blusão de loja	9,11	9,17	8,85	9,38	9,29	9,00	9,20
Uma adolescente se prostituir	9,05	9,13	8,62	9,47	9,24	8,89	9,04
Matar alguém numa briga	9,02	9,13	8,68	9,37	9,13	9,03	9,21
Usar maconha	8,99	8,71	8,57	9,24	9,14	8,72	8,67
Fazer aborto	8,70	7,36	7,90	8,78	8,72	7,96	7,23
Riscar a pintura de um carro	8,56	8,98	8,53	8,78	8,62	8,73	8,97
Destruir carteira escolar	8,02	8,10	7,87	8,19	8,00	8,09	8,19
Cortar banco de ônibus	7,94	8,47	7,87	8,26	8,02	8,13	8,43
Agredir colega	7,89	8,13	7,51	8,35	7,89	7,99	8,05
Xingar professora	7,84	8,20	7,54	8,28	7,97	7,87	8,03
Dirigir s/ carta	7,61	6,81	7,00	7,77	7,89	7,00	6,79
Matar menino assaltante	7,45	8,23	7,21	8,04	7,77	7,59	7,83
Falsificar documento	6,98	6,10	6,39	7,09	7,26	6,32	5,57
Policial ferir alguém	5,50	5,39	5,21	5,71	5,80	5,17	5,30

A partir da Tabela 1, pudemos realizar, tal como Maleska, Bonerandi e Peyre (1979) o fizeram, a Tabela 2 que mostra um *rank* das infrações nas diferentes subpopulações dos alunos, isto é, como elas aparecem ordenadas, da mais grave, com número 1, à menos grave, com número 18, em cada subpopulação. Essa tabela permite uma comparação qualitativa com relação à posição em que as infrações ocupam nas diferentes subpopulações

sua desobediência<sup>4</sup> (os in-  
responderam anteriormente o  
mudadas e nunca se pode des-  
Sim/sim que responderam que  
e que existem situações em qu  
Na primeira seqüência do *ra*  
graves, com médias superior  
ao uso de drogas pesadas (us

Tabela 2

*Rank das Notas às Infrações nas Subpopulações dos Alunos*

Infrações	Pública	Particular	Meninos	Meninas	Bairro 1 e 2	Bairro 3 e 4	Ocupapai A e B	Ocupapai C e D
Usar craque ou cocaína	1,0	2,0	1,0	1,0	1,0	1,0	2,0	1,0
Matar para roubar	2,0	1,0	2,0	2,0	2,0	2,0	1,0	2,0
Furtar toca-fitas	3,0	4,0	4,0	4,0	6,0	3,0	4,0	3,0
Maltratar criança	4,0	3,0	3,0	7,0	4,0	4,0	3,0	6,0
Roubar blusão de loja	5,0	5,0	5,0	5,0	3,0	6,0	6,0	4,0
Uma adolescente se prostituir	6,0	7,0	7,0	3,0	5,0	7,0	7,0	7,0
Matar alguém numa briga	7,0	6,0	6,0	6,0	8,0	5,0	5,0	8,0
Usar maconha	8,0	9,0	8,0	8,0	7,0	9,0	9,0	5,0
Fazer aborto	9,0	15,0	10,0	10,0	9,0	13,0	15,0	9,0
Riscar a pintura de um carro	10,0	8,0	9,0	9,0	10,0	8,0	8,0	10,0
Destruir carteira escolar	11,0	14,0	11,0	14,0	12,0	11,0	11,0	13,0
Cortar banco de ônibus	12,0	10,0	12,0	13,0	11,0	10,0	10,0	11,0
Agredir colega	13,0	13,0	14,0	11,0	14,0	12,0	12,0	12,0
Xingar professora	14,0	12,0	13,0	12,0	13,0	14,0	13,0	14,0
Dirigir s/ carta	15,0	16,0	16,0	16,0	15,0	16,0	16,0	16,0
Matar menino assaltante	16,0	11,0	15,0	15,0	16,0	15,0	14,0	15,0
Falsificar documento	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0	17,0
Policia! ferir alguém	18,0	18,0	18,0	18,0	18,0	18,0	18,0	18,0

É interessante notar como o uso de drogas pesadas foi pontuado da forma a mais severa entre os alunos. Das dez subpopulações que traçamos, só em três essa infração não apareceu em primeiro lugar, sendo suplantada por matar para roubar pelos alunos das escolas particulares, ou entre aqueles com pais em profissões de alto status e salário e entre os indivíduos tolerantes.<sup>5</sup> Pensamos que pode ter se dado, nesta pesquisa, o mesmo que numa anterior (Menin, 2000a): os alunos acreditam que as drogas pesadas são um veículo para a morte, tanto de si próprios como de outros.

nossos alunos que colocaram essa infração em terceira ou quarta menos grave!

Quando se observam as colunas das subpopulações, comparando-se os pares de subpopulações (escola, sexo, bairro de residência, ocupação dos pais), notam-se diferenças qualitativas interessantes. Por exemplo, que as infrações ocupam no *rank*. Nas escolas particulares, por exemplo, houve uma inversão qual das infrações relacionadas à violência física: matar para roubar e roubar para matar.

uma criança ou matar um menino assaltante é menos grave que dirigir sem carta. Quanto ao aborto, vemos que ocupa um lugar muito diferente nas escolas públicas, nono lugar entre as mais graves e, nas particulares, o décimo quinto, sendo, portanto, considerada uma infração das menos graves.

Quando comparamos meninos e meninas também notamos certas diferenças na ordenação das infrações. Curiosamente, maltratar uma criança passou do terceiro lugar segundo as notas dadas pelos meninos ao sétimo lugar quando se olha o *rank* das meninas. Não sabemos dizer se isso se deu pelas meninas pensarem como certos jovens entrevistados em outra pesquisa (Menin, 2000a), que diziam que “*se as crianças apanharam é porque alguma coisa fizeram*”... Inversamente, a prostituição foi julgada de forma bem mais severa pelas meninas ficando em terceiro lugar entre as infrações mais graves. Quando comparamos as agressões mais leves às pessoas com os atos de vandalismo sobre coisas públicas vemos, também, uma inversão entre meninos e meninas; os primeiros consideraram a agressão a um colega e o xingar a professora como menos graves que destruir uma carteira escolar e cortar o banco de um ônibus, as meninas avaliaram o contrário: consideraram as agressões às pessoas como mais graves que às coisas.

Comparando-se os bairros de residência dos alunos também constatamos diferenças nas posições das infrações no rank da Tabela 2 entre os alunos de bairros 1 e 2 de alta e média exclusão social e 3 e 4, de média e alta inclusão social. Furtar o toca-fitas de um carro e roubar um blusão de uma grande loja ocuparam lugares opostos entre as duas subpopulações de alunos; entre os de bairros mais pobres roubar um blusão foi bem mais grave que furtar um toca-fitas de carro, entre os alunos de bairros mais ricos foi o inverso. Talvez esses alunos tenham levado em conta que roubar um blusão poderia ocorrer por uma necessidade maior que a que motivaria o roubo de um toca-fitas, e, talvez, como nos exemplos de Malewska e Walgrave (1983) os alunos de bairros pobres tenham sido mais severos que os de bairros mais ricos na busca em

o sentido das diferenças já observadas entre os alunos quando subdivididos por sexo.

Finalmente, as comparações entre os alunos intolerantes e tolerantes mostram oposições interessantes. O uso das drogas pesadas, que os intolerantes consideram mais grave que o uso das drogas leves, que pode confirmar a direção da hipótese (ver Tabela 2a) os indivíduos tolerantes pontuaram como menos graves as que tiram a vida de alguém para roubar, matar para roubar, maltratar um colega para roubar numa briga. Foi só nessa subpopulação que os indivíduos tolerantes, ou Sim, consideraram mais grave alguém numa briga, mesmo que não roube, do que foi colocada como tão grave. Essa diferença foi descrita por Kohlberg (1992) quando descreveu que os princípios universais guiam os indivíduos que a dignidade da vida humana são valores mais importantes que as últimas questões sobre as leis. Os indivíduos no nível três de raciocínio legal e moral consideram a a elas afirmando a mutabilidade das leis e a possibilidade de sua desobediência em função do conflito com a própria lei, então, a posição dos indivíduos é coerente com esse tipo de raciocínio. Em situações dessas situações de julgamento, se o juiz ou o organizador estaria presente, como no caso de um julgamento, nesse caso, o do valor da vida humana seria considerado incompreensíveis os critérios de julgamento rígidos, Não/não, a colocar mais grave como roubar um blusão, roubar um carro, do que maltratar uma criança e que os indivíduos consideram as infrações mais conhecidas como o uso de drogas, o roubo de um carro, mais graves que algo mais improvável como roubar um toca-fitas. Se o raciocínio foi desenvolvido no pensamento pré-conceitual de Kohlberg (1992) mais certamente, à punição. Ainda assim, Não/não pode se ver o aborto (10º lugar); já entre os indivíduos tolerantes, o aborto foi considerado mais grave que o roubo de um carro.



comparados à dignidade e vida humana) e foram menos indulgentes.

Uma segunda forma de analisar as notas dadas às infrações é considerar a severidade e julgamento das avaliações em função das porcentagens do uso de notas baixas, médias ou altas nas subpopulações de alunos. Alunos muito severos usariam mais notas altas que médias ou baixas, alunos mais indulgentes usariam mais notas baixas e médias que altas. A Tabela 3 mostra a contagem do número de vezes em que as subpopulações usaram notas baixas (valores 0 e 2 na escala) médias (valores 4 e 6) e altas (valores 8 e 10) na escala de infrações e essas porcentagens.

Na Tabela 3 notamos, em primeiro lugar, que foi muito freqüente o uso de notas altas (8 e 10) em todas as subpopulações de alunos. Mesmo que as comparações sejam relativas pois as escalas não são idênticas, nossos alunos parecem bem mais severos em seus julgamentos que os franceses, belgas ou poloneses examinados por Malewska e colaboradores (1979) e Malewska e Walgrave (1983). No entanto, as comparações dentro de cada par de subpopulações revelam diferenças significativas e interessantes.<sup>6</sup>

adolescentes. Os alunos de escola particular usaram mais notas médias que os de escola pública, portanto, mais tolerantes que aqueles (para notas médias,  $\chi^2=76,59; g=1; p=0$ ). As meninas usaram significativamente mais notas médias que os meninos, mostrando-se, portanto, mais tolerantes (para notas médias,  $\chi^2=64,98; g=1; p=0$ ). Os meninos usaram mais notas médias que as meninas, mostrando-se mais severos (para notas médias,  $\chi^2=64,98; g=1; p=0$ ). Os alunos residentes em bairros de média e alta inclusão social usaram mais notas médias que aqueles em bairros de baixa inclusão social (para notas médias,  $\chi^2=64,98; g=1; p=0$ ). Quanto à ocupação dos pais, constatamos que os alunos cujos pais são de profissões

A e B mostraram-se significativamente mais tolerantes usando mais notas baixas e médias que os alunos cujos pais são de profissões C e D, que usaram mais notas baixas e médias que os alunos cujos pais são de profissões anteriores (para notas baixas,  $\chi^2=9,17; g=1; p=0,0035$ ; para notas médias,  $\chi^2=53,44; g=1; p=0$ ; para notas altas,  $\chi^2=53,44; g=1; p=0$ ). Finalmente, os indivíduos com pais de profissões tolerantes com relação à possibilidade de modificação das regras mostraram-se mais tolerantes com relação à possibilidade de existir uma situação em que

Tabela 3

*Número e Porcentagem de Notas Baixas, Médias e Altas dadas às Infrações pelas Subpopulações os Alunos*

Sub populações	Notas				
	Notas 0 e 2 - Baixas		Notas 4 e 6 - Média		Nota 8 e 10 - Altas
Particular	140	6,48%	351	16,24%	1670
Pública	537	8,43%	791	12,42%	5043
Meninos	423	10,42%	608	14,98%	3027
Meninas	254	5,68%	534	11,94%	3686
Bairro 1 e 2	328	8,13%	407	10,09%	3297
Bairro 3 e 4	315	7,54%	694	16,62%	3167
Ocupapai A e B	134	6,41%	361	17,27%	1595
Ocupapai C e D	471	8,55%	662	12,02%	4375
Indivíduos não/não	89	7,09%	126	10,04%	1040
Indivíduos sim/sim	192	7,71%	390	15,67%	1907

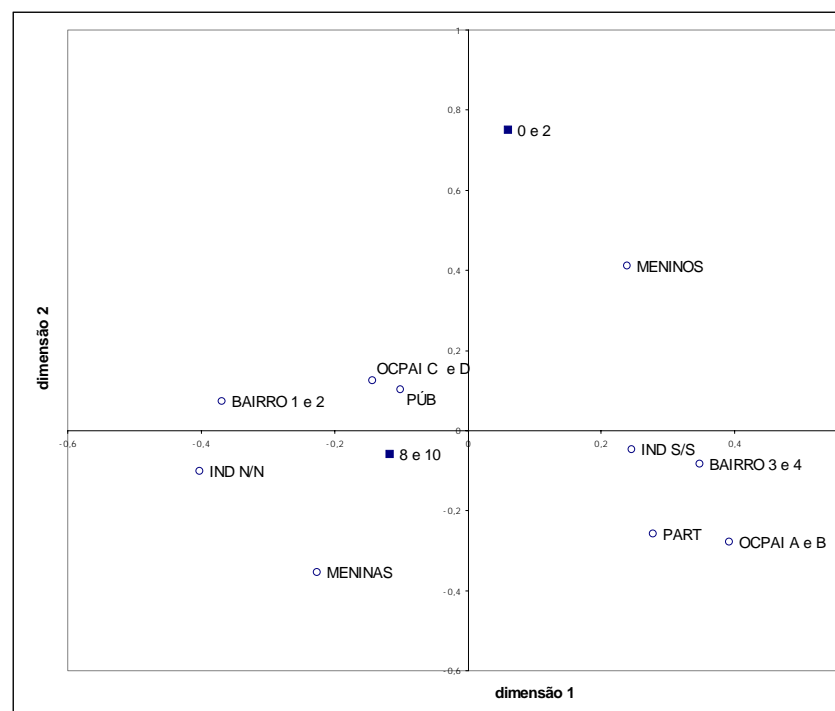


Figura 1. Uso das notas baixas, médias e altas nas subpopulações de alunos.

Na Figura 1 os dados foram tratados de modo *Canonical* (SPSS, 1990) onde as distâncias dos pontos das linhas e das colunas são igualmente considerados e nela se pode interpretar que quanto mais próximas estão as variáveis no espaço, mais associam-se entre si, o que pode indicar similaridade, afinidade ou interação entre as variáveis estudadas (Greenacre, 1993). Pode-se notar que, embora o uso das notas entre os alunos tenha sido muito semelhante, os indivíduos Sim/sim, os alunos de bairros de alta e média inclusão estão do lado das notas medianas, 4 e 6; os meninos, mais acima à direita são os mais social, os alunos das escolas particulares e os filhos de pais com profissões de maior status próximos das notas mais baixas, 0 e 2 e as meninas, os indivíduos Não/não, os alunos de bairros de alta e média exclusão social, os de

leis e sua desobediência oculta. Considerando como Doise (1990) as representações sociais são sempre tomadas de forma relacional, podem organizar-se de diversas maneiras e elas se imbricam em relações sociais complexas. Os julgamentos que as pessoas fazem sobre as representações enunciadas ou crenças sociais são influenciadas por como se inscrevem na dinâmica total da sociedade. É importante considerar as diferentes tipologias de subpopulações de adolescentes e suas representações comuns a certos grupos. Os mais ricos, os mais tolerantes, os mais socialmente considerados tais representações comuns são aquelas que servem a interesses, necessidades e valores. Nesse caso, como afirma Leda

de representações entre grupos podem indicar mais do que atrasos ou evoluções no desenvolvimento do julgamento social; podem evidenciar fortes marcações sociais fruto da continuidade, por gerações, de distintas práticas e concepções sobre esse objeto social que é a lei e seus derivados.

### Referências

- Doise, W. (1991). *La perception des droits de l'homme dans la société contemporaine* (Rapport final, Vol. 1). Paris: Centre de Education de la vie politique française de l'Institut de droit compare de L'Université de Paris.
- Doise, W. (1994). Attitudes et représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp.220-238). Paris : Presses Universitaires de France.
- Doise, W., Clémence, A., Rosa, A. S. & Gonzales, L. (1995). La représentation sociale des droits de l'homme: Une recherche internationale sur l'entendue et les limites de l'universalité. *Journal International de Psychologie*, 30(2), 181-212.
- Greenacre, M. J. (1993). *Correspondence analysis in practice*. New York: Academic Press.
- Jodelet, D. (1994). Représentations sociales: Un domaine en expansion. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp.31-62). Paris: Presses Universitaires de France.
- Kohlberg, L. (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Biblioteca de Psicología, Desclée de Brouwer.
- Malewska, H. & Walgrave, L. (1983). Approche théorique. Em J. P. Bonerandi & cols. (Org.), *La loi et la justice sociale* (pp. 5-34). Paris. Fondation de la Maison de la Vie L'Homme.
- Malewska, H., Peyre, V. & Bonerandi, J. P. (1979). *La loi et la justice sociale: jeunes eux-mêmes* (Collections Enquêtes et Synthèses). Paris: Vancresson, France.
- Menin, M. S. S. (2000a). Representações sociais de adolescentes infratores: Discutindo novas possibilidades. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 59-72.
- Menin, M. S. S. (2000b). *Representações sociais de lei, crime e justiça*. Tese de Livre-docência, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanalyse*. São Paulo: Editores. (Original publicado em 1961)
- Piaget, J. (1977). *O julgamento moral da criança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1932)
- Souza, M. (1999). *A experiência da lei e a lei da experiência: Representações sociais e subjetividades no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Sobre a autora

**Maria Suzana De Stefano Menin** é Professora Livre-docente em Psicologia da Educação do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente.

## Anexo A

Tabela 1.1

*Valores de Desvio-padrão das Médias de Notas dadas às Infrações Dentro de Cada Subpopulação de A*

Infrações	Subpopulações						
	Pública	Particular	Meninos	Meninas	Bairro 1 e 2	Bairro 3 e 4	Ocupação A e B
Usar craque ou cocaína	1,76	1,72	2,13	1,26	1,71	1,82	1,42
Matar para roubar	2,01	1,67	2,43	1,28	1,89	2,04	1,42
Furtar toca-fitas	1,92	1,66	2,10	1,59	2,02	1,74	1,53
Maltratar criança	2,09	1,69	2,33	1,62	1,90	2,11	1,63
Roubar blusão de loja	2,03	1,61	2,31	1,45	1,75	2,01	1,53
Uma adolescente se prostituir	2,14	1,94	2,53	1,48	2,02	2,16	2,02
Matar alguém numa briga	2,09	1,99	2,47	1,53	2,00	2,06	1,73
Usar maconha	2,53	2,50	2,80	2,20	2,42	2,62	2,53
Fazer aborto	2,46	3,10	3,08	2,22	2,49	2,88	3,06
Riscar a pintura de um carro	2,48	2,02	2,52	2,24	2,52	2,22	1,90
Destruir carteira escolar	2,76	2,78	2,94	2,58	2,80	2,69	2,62
Cortar banco de ônibus	2,83	2,31	2,99	2,42	2,88	2,57	2,28
Agredir colega	2,52	2,26	2,60	2,24	2,58	2,34	2,28
Xingar professora	2,79	2,35	2,97	2,36	2,71	2,69	2,34
Dirigir s/ carta	2,86	2,91	3,12	2,62	2,75	2,95	2,77
Matar menino assaltante	3,07	2,69	3,27	2,67	2,93	2,98	2,90
Falsificar documento	3,18	3,22	3,32	3,08	3,14	3,18	3,09
Policial ferir alguém	3,37	2,91	3,44	3,07	3,37	3,04	2,80



*Epistemologia e História de Psicologia*

*Um núcleo voltado ao estudo dos fundamentos  
conceituais da psicologia, à pesquisa historiográfica,  
ensino da história da psicologia em cursos de graduação*

*Prof. William B. Gomes*

*Curso de Pós-Graduação em Psicologia*

*Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

*Porto Alegre, Brasil, 2000*